



Assembléia Legislativa

6914

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 05 / 02 / 14

Elwagner
Genérico da Silva Lagoa Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Juliano M. Sousa

para relatar.

Em 18 / 03 / 14

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Parecer nº ____/2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei nº 01/2014.

EMENTA: PROJETO DE LEI. INSTITUI O DIA DO
EMPREENDEDOR JOVEM NO ESTADO DO PIAUÍ.
PARECER FAVORÁVEL PELA
CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE,
PERTINÊNCIA E LEGALIDADE DA PROPOSIÇÃO.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 01/2014, de iniciativa do Deputado Estadual Fábio Novo, onde propõe que a data de “21 de maio” de cada ano, seja destinada no calendário oficial do Estado do Piauí, como o “Dia do Empreendedor Jovem”.

É o breve relatório que se faz.

II. PARECER DA RELATORA

No que diz respeito às questões legais, o presente projeto observa as normas intrínsecas da Assembleia Legislativa do Piauí, bem como o Regimento Interno desta mesma Casa, através do Art. 34, inciso I, alínea “a”.

Está também em consonância com a Constituição Estadual, à luz do Art. 73, inciso III, sem olvidar ainda que não ofende nenhum dispositivo da Carta Magna, preenchendo, assim, os requisitos normativos necessários para a tramitação do referido Projeto de Lei.

Ademais, em face ao importante papel de desenvolvimento social e econômico que os Empreendedores do Estado do Piauí desempenham, especialmente os jovens adultos que correspondem a maior parte desse grupo, e ainda, tomando como referência a data de criação da “AJE – Associação dos Jovens Empresários” do estado, que



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

representa esse crescente e relevante número de jovens empreendedores, é oportuno que a data de "21 de maio" seja destinada a se comemorar o "Dia do Empreendedor Jovem" no Piauí.

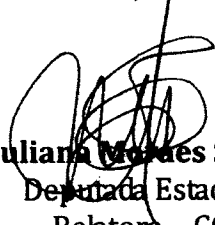
III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me **favoravelmente** pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e pertinência do Projeto de Lei nº 01/2014.

É o parecer.

À apreciação.

Sala das Comissões, Teresina/PI de de 2014.


Juliana Moraes Souza
Deputada Estadual
Relatora - CCJ

